

CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJ) DO ESPÍRITO SANTO: PRIORIDADES DO ESTADO PRESENTE

ESPÍRITO SANTO YOUTH REFERENCE CENTERS (CRJ): PRIORITIES OF ESTADO PRESENTE

CENTROS DE REFERENCIA DE JUVENTUD (CRJ) EN ESPÍRITO SANTO: PRIORIDADES DEL ESTADO PRESENTE

Guilherme Luiz Formigheri Fuá de Lima¹

Universidade Federal do Espírito Santo — UFES

Emily da Silva Dias²

Universidade Federal do Espírito Santo — UFES

Arthur Birchener Teixeira de Menezes³

Universidade Federal do Espírito Santo — UFES

Priscila Monteiro Chaves⁴

Universidade Federal do Espírito Santo — UFES

Resumo

Os Centros de Referência das Juventudes (CRJ) surgem em meados de 2021/2022, atrelados ao Programa Estado Presente: Segurança Cidadã no Espírito Santo, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). São quatorze Centros gerenciados por Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) e focados no atendimento a jovens residentes em áreas da periferia urbana. Neste estudo, realizamos uma pesquisa documental para o mapeamento dos CRJs e os APHs que os gerenciam e reconfiguram seu teor educativo. Pôde-se notar a aproximação das políticas de

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na linha de Educação e Linguagens. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Licenciado em Filosofia (Uninter). Integrante do grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis (GTP-UFES).

² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na linha de Educação e Linguagens. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Licenciada em Letras - Português pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES, 2024).

³ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na linha de Educação e Linguagens. Graduado em Licenciatura em Letras-Português pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Integrante do grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis (GTP-UFES).

⁴ Professora do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE), vinculada à linha de pesquisa Educação e Linguagens (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Graduada em Letras Port-Fr pela mesma Universidade. Integra o Grupo de Investigação em Política Educacional (Gipe-Marx/Ufsc) e o Grupo Pesquisa Trabalho e Práxis (Ufes).

segurança pública no estado (ampliação carcerária, socioeducativa e de reforma policial), com as *políticas de prevenção à criminalidade*, como parte de uma mesma plataforma de intervenção territorializada. Esse processo recoloca a necessidade de estudos que abordem a função educativa que os sistemas punitivos vêm desenvolvendo nas suas formas mais atualizadas, relacionadas à atual fase de financeirização da economia.

Palavras-chave: Centros de Referência das Juventudes (CRJ); Programa Estado Presente; Políticas para Juventudes; Prevenção à criminalidade.

Abstract

The Youth Reference Centers (CRJ) emerged in mid-2021/2022, linked to the Present State Program: Citizen Security in Espírito Santo, with funding from the Inter-American Development Bank (IDB). There are fourteen Centers managed by Private Hegemony Apparatuses (APHs) and focused on serving young people living in areas on the urban periphery. In this study, we conducted documentary research to map the CRJs and the APHs that manage them and reconfigure their educational content. It was possible to note the approximation of public security policies in the state (prison expansion, socio-educational and police reform) with *crime prevention* policies, as part of the same territorialized intervention platform. This process reaffirms the need for studies that address the educational function that punitive systems have been developing in their most updated forms, related to the current phase of financialization of the economy.

Keywords: Youth Reference Centers (CRJ); Present State Program; Youth Policy; Crime prevention.

Resumen

Los Centros de Referencia Juvenil (CRJ) surgieron a mediados de 2021/2022, vinculados al Programa Estado Presente: Seguridad Ciudadana en Espírito Santo, con financiamiento del Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Son catorce Centros gestionados por Aparatos de Hegemonía Privada (APH) y enfocados en atender a jóvenes residentes en zonas de la periferia urbana. En este estudio, realizamos una investigación documental para mapear los CRJ y los APH que los gestionan y reconfigurar su contenido educativo. Se observó la aproximación de las políticas de seguridad pública en el estado (expansión penitenciaria, reforma socioeducativa y policial) con las políticas de prevención del delito, como parte de una misma plataforma de intervención territorializada. Este proceso reafirma la necesidad de estudios que aborden la función educativa que los sistemas punitivos han venido desarrollando en sus formas más actualizadas, en relación con la fase actual de financiarización de la economía.

Palabras claves: Centros de Referencia de la Juventud (CRJ); Programa Estado Presente; Política de Juventud; Prevención del crimen.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os Centros de Juventude (CJ) começaram a dar indícios de funcionamento ainda na década de 1990, sendo encontrados também como *casas de jovens*. No Espírito Santo, o primeiro Centro foi criado em 2006, atrelado à Prefeitura Municipal de Vitória, como um espaço de socialização de jovens de 15 a 29 anos, com o propósito de promover atividades de convivência, formação, informação e expressão (Prefeitura Municipal de Vitória, 2012).

Em março de 2014, último ano do primeiro governo de Renato Casagrande (PSB) à frente do Palácio Anchieta, aprovou-se a Lei estadual n.º 10.186 que autorizou o poder executivo a contratar um empréstimo de até cinquenta e seis milhões de dólares junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado à execução do *Programa*



*Estado Presente: Segurança Cidadã no Espírito Santo*⁵. A lei define a destinação dos recursos para ações de combate à criminalidade e acesso da população aos serviços de infraestrutura urbana, equipamentos públicos e serviços de assistência social, prioritariamente em áreas consideradas por pesquisas – levadas a cabo por órgãos estaduais como o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) – como de *vulnerabilidade social* (Espírito Santo, 2014).

Os Centros de Referência das Juventudes (CRJ), com essa sigla, passam a ser inaugurados a partir de 2021⁶ como um conjunto de centros geridos por organizações sociais, como uma política vinculada ao eixo de *prevenção* do Programa Estado Presente (em sua segunda versão, *Segurança Cidadã no ES*), com abrangência de quatorze CRJ em dez municípios capixabas. Segundo dados do *site JuventudeES*, vinculado à secretaria de estado⁷, dois Centros foram inaugurados em 2021: o CRJ Terra Vermelha, em Vila Velha, em setembro, e o CRJ Feu Rosa, na Serra, em dezembro, os outros tiveram sua inauguração paulatina ao longo de 2022. Observa-se que estão localizados em sua grande maioria em bairros periféricos, como apregoa a abordagem territorializada que é descrita textualmente nos documentos oficiais. Nas seções seguintes são caracterizados os Centros, traçando algumas relações com sua posição social e geográfica. Para fins analíticos, distinguimos entre os Centros localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e os demais localizados no interior do estado.

A estrutura organizativa proposta para os CRJ exposta no documento intitulado *Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo* (Espírito Santo, 2022a) é dividida três núcleos: (i) Núcleo Socioafirmativo e de Acesso, agregando os eixos *Cola Aê*, *Fortalece Família* e *FicaADica*; (ii) Núcleo Economia Criativa, Trabalho e Renda, formado pelos eixos: *Tô no Topo*, *Trampo Coletivo* e *LABPoca*; (iii) Núcleo de Parcerias, que contempla o eixo *TamoJunto*. O Eixo *Cola Aê* é o de entrada no CRJ e contempla atividades mais pontuais como um curso ou oficina, para usar computadores e internet, para o empréstimo de equipamentos audiovisuais, entre outros

⁵ Com pagamento previsto em parcelas semestrais, a primeira prestação de amortização em 15 de maio de 2023, e a última em 15 de novembro de 2041 (Espírito Santo; BID, 2017, p. 2). Uma primeira etapa/versão do Programa surgiu em 2011 sob o nome de *Programa Estado Presente: Em Defesa da Vida*, marcando o primeiro ano da primeira gestão Casagrande (PSB) à frente do executivo estadual.

⁶ Portanto, na segunda metade do segundo governo Casagrande (2019-2022). O intervalo razoavelmente grande entre a aprovação do empréstimo em 2014 e sua execução em 2021/2022 pode ser devido à descontinuidade da política sob o terceiro governo Hartung, de 2015 a 2018, que se fez imperativo nesse meio tempo.

⁷ Informe da inauguração do CRJ Terra Vermelha. Disponível em: <https://juventudes.es.gov.br/centro-de-referencia-das-juventudes-terra-vermelha-vila-velha>. Informe acerca do CRJ Feu Rosa. Disponível em: <https://juventudes.es.gov.br/crj-feu-rosa>. Acesso em: 01 abr 2025.



serviços. Caso *opte*, o jovem pode ser acompanhado pela equipe do CRJ, a partir do eixo *Fortalece Família* e criar um Planejamento de Vida (PVida), traçando um caminho “[...] de sonhos e possibilidades, com metas e um percurso a ser seguido”, apresentando bastante similaridade com o componente curricular Projeto de Vida do Novo Ensino Médio, contrarreforma educacional que também apresenta influência programática do BID (Chaves; Formigheri, 2022; Formigheri, 2023), muito presente nas recentes implementações da Educação em Tempo Integral. Estes dois eixos (Cola Aê e Fortalece Família) formam o Núcleo Socioafirmativo e de Acesso dos Centros (Espírito Santo, 2022a).

Além desses, indicamos atenção especial ao eixo *Tô no Topo*. O objetivo desse eixo é entender as necessidades e possibilidades individuais ou coletivas para construir um *Plano de Possibilidade de Trabalho*, com acompanhamento da equipe do CRJ. Esse faz parte do *Núcleo de Economia Criativa, Trabalho e Renda*, que também conta com o eixo Trampo Coletivo (um espaço de *coworking*, com computadores, telefone, impressora, sala de reunião à disposição das/dos jovens); e o Laboratório de Potencialidades Capixabas (LAB Poca), um laboratório criativo, que pode ser de cozinha, audiovisual, moda, entre outros, e tem como objetivo a geração de renda para os jovens do território. Interessante notar a ausência do termo *empreendedorismo*, em contrapartida faz-se alusão ao *trabalho coletivo*, isso evidencia uma renovação no fomento à inserção produtiva, possivelmente mais ligada à organização das *equipes de trabalho auto gerenciada*. Os CRJ fazem parte do que os formuladores vem chamando de *Políticas Públicas específicas de Juventudes (PPJ)*, fenômeno que se intensifica a nível nacional a partir dos anos 2000, com a aprovação da Política Nacional de Juventude, na esteira da criação da Secretaria Nacional de Juventude (2005), do Conselho Nacional de Juventude (2005) e do Estatuto Nacional da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) pela Lei Federal n.º 12.852/2013 (Brasil, 2013), essa última promulgada no governo Dilma Rousseff (PT), que institui a articulação e organização dos entes públicos com a sociedade civil para a promoção dessas políticas. Destacamos que essa lei foi assinada em agosto de 2013, num momento de efervescência política, e o que observamos hoje é a forte presença das organizações sociais na implementação e gerenciamento dessas políticas. Em nível estadual refratam-se importantes movimentos que seguem uma mesma tendência.

No contexto estadual, o governo capixaba havia dirigido, até 2020, três conferências estaduais de juventude, a primeira em 2008 com o tema *levante sua bandeira*⁸, a segunda

⁸ Ocorrida no segundo ano do segundo governo Hartung, coincidente com a primeira grande ampliação do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) através da lei n.º 469/2008 que se destinou à ampliação do quadro de pessoal. O ano de 2008 também marca o começo das inaugurações das reformas



em 2011 com o tema *conquistar direitos, defender o Brasil*, e em 2015 com o tema *as várias formas de mudar o Brasil*. A quarta conferência ocorreria em 2021, mas, devido à pandemia foi prorrogada e aconteceu no final de outubro de 2023, com o tema *Reconstruir no Presente, Construir o futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver*, tendo seus debates organizados em torno dos doze eixos do Estatuto Nacional da Juventude. Para além das conferências, foram também criadas instâncias deliberativas no executivo estadual. Em 2007 a partir da Lei n.º 8.594/2007 instituiu-se o Conselho Estadual da Juventude (CEJUVE), tendo sua primeira eleição de diretoria ocorrida apenas em 2013. Em 2012, através do Decreto n.º 3067, o governo estadual criou, junto à pasta da Secretaria da Casa Civil, a Gerência Estadual de Políticas Públicas de Juventude (GEPPJ), com a finalidade de planejar, coordenar e deliberar a partir dos marcos definidos no Estatuto Nacional da Juventude e nos Planos Estadual e Nacional de Políticas para a Juventude (Espírito Santo, 2022a). A esse respeito, faltam estudos que possam dar evidências acerca do peso desses instrumentos para a definição do rumo da política estadual.

UM PROJETO TERRITORIALIZADO DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

A fim de justificar a intervenção dos CRJ, os formuladores da política fazem uso de importantes constatações da situação, afirmando que "[...] no Brasil - e em toda a América Latina – a violência é altamente concentrada em áreas urbanas periféricas que experimentam altos níveis de vulnerabilidade social e econômica". Uma vez que "[...] essas áreas e a população jovem que nelas habitam têm um histórico consistente de negligência pelos formuladores de políticas públicas" (Espírito Santo, 2022a, p. 12). Complementam que "[...] 74,3% das vítimas de intervenções policiais eram jovens de no máximo 29 anos. No que tange à raça/ cor, 79,1% das vítimas de intervenções policiais que resultaram em morte eram pretas e pardas, indicando a representação de negros entre as vítimas da letalidade policial" (Espírito Santo, 2022a, p. 15). A partir dessas constatações fatídicas, estabelecem como público-alvo prioritário dos atendimentos, "[...] especialmente os/as jovens negros/as, egressos do sistema socioeducativo, egressos do sistema prisional, jovens que estão próximos de situações de violência, com seus direitos violados e em alta vulnerabilidade" (Espírito Santo, 2022a, p. 45).

de ampliação carcerária, dois anos após a fatídica *crise dos contêineres* de 2006. Nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012 segue-se a ampliação carcerária que consistirá na reformulação completa do sistema prisional capixaba, quadruplicando a disponibilidade de vagas e chegando em 2024 com mais de 23 mil detentos – estrutura que anterior à reforma contava com pouco mais de seis mil vagas.



Dessa problemática explicitada em seus contornos é que os/as organizadores/as da política dizem nascer os CRJs, como *resposta* ao problema da violência no estado, no entanto se propõem a ir além, partindo “[...] do entendimento da complexidade do humano, do humano jovem, e das suas necessidades vitais, colocando o Estado como um facilitador e minimizador das desigualdades produzidas nesse sistema” (Espírito Santo, 2022a, p. 12). Diz-se que muitos jovens através de diferentes ações “[...] vêm afirmando outras formas de funcionamento e organização, que fogem aos pré-estabelecidos [...] conseguindo, muitas vezes, escapar ao destino traçado pela lógica do capital [...] entendido como inexorável e imutável” (Espírito Santo, 2022a, p. 15). Essa *fuga* da lógica do capital, descrita textualmente, é o que afirmam pretender com os Centros: abrir brechas na inexorabilidade das relações socioeconômicas a fim de promover a integração e a ascensão social (e fazer recair qualquer insucesso nas costas da juventude).

Desse modo, supostamente liderados pelos novos equipamentos públicos formulados para a juventude, “[...] com a participação e a perspectiva de quem está passando pelo problema, em especial coletivos, movimentos, grupos de pessoas que se articulam” (Espírito Santo, 2022a, p. 16), afirmam a solução para as mazelas e os conflitos, para a violência policial, em favor da inclusão social – tudo isso com aporte de um financiamento do BID a ser pago até 2041. Busca-se *escapar* da lógica do capital através da gestão local de conflitos e promoção da pacificação por tecnologias sociais mais efetivas que o policiamento ostensivo, ensejando cativar jovens pelas práticas culturais e do ensino de ofícios, iniciativas essas que compõem o eixo de combate à criminalidade no interior da plataforma política do Estado Presente em sua segunda versão batizada de *segurança cidadã*. Isso ocorre em um mesmo momento em que o sistema carcerário e socioeducativo é consideravelmente ampliado no estado, além de presenciarmos uma reforma policial também territorializada.

Observamos a continuidade do agenciamento/aparelhamento dos movimentos sociais de juventude como tecnologia de controle de conflitos (Fontes, 2010; Neves, 2011; Catini, 2020), produzidos como um subproduto indesejável das relações de assalariamento, financeirização, monopólio comercial e dependência econômica. O Programa Estado Presente se estabelece como ampliação e complexificação da atuação do Estado burguês como organizador de uma nova segurança pública, cujas prerrogativas políticas de gerenciamento são expressões dos acordos que subjazem o empréstimo com o BID e, de forma mais direta, pelo acordo de contratação de serviços de consultoria contábil pelo executivo estadual. Em todo caso, dentro desses limites definidos, detém-se a margem de



manobra na implementação e no controle da política – mecanismo presente no acordo de empréstimo n.º 3279/OC-BR e balizado pela solicitação de apresentação de Manifestação de Interesse de Consultor Individual n.º 008/2021 (Espírito Santo, BID, 2017; Espírito Santo, 2023a).

Temos observado que o esforço principal é tentativa de aproximação das contrarreformas da política criminal – ampliação carcerária, socioeducativa e de reforma policial – com o que denominam de políticas de *prevenção à criminalidade* e o que isso interfere no modo de produção da vida social (Melossi; Pavarini, 2006), às custas da degradação da vida e da formação humana. Busca-se envolver, na plataforma de política criminal, outras áreas de proteção social como saúde, educação, empregabilidade e infraestrutura urbana, atuando em uma mesma rede de intervenção territorializada, especialmente nos bairros periféricos, em um movimento de proteção, contenção, modernização e legitimação retroalimentadas. “Transformar o criminoso não-proprietário no proletário não-perigoso, um sujeito de necessidades reais adaptado à disciplina do trabalho assalariado [...]” (Santos, 2006, p. 8), na sua forma mais degradada em tempos de restrição dos parques direitos sociais, permanece na ordem do dia.

Fajardo, Barreto e Figueiredo (2014) afirmam que o Programa está organizado em fases, que vão do *envolvimento das partes interessadas*, até a prestação de contas e avaliação dos resultados através de uma gestão contínua por resultados. As partes interessadas que atuam sob corresponsabilidade são Ministério Público, polícias civil e militar, secretarias de Estado e entidades da sociedade civil, além das próprias comunidades, a fim da compreensão das metas e objetivos previamente elaborados. O acompanhamento direto do governador do estado é uma característica marcante, munido de uma secretaria criada especialmente para esse fim. Organiza-se, com isso, uma forma nova de participação social tutelada que merece ser melhor investigada. “A estratégia é complementada por um rigoroso e sistemático processo de monitoramento, que envolve ações policiais e intervenções nas áreas de educação, cultura, esporte, lazer, formação profissional, mediação de conflitos, etc.” (Fajardo, Barreto e Figueiredo, 2014, p. 9).

Estamos diante de uma renovada forma de organização da política criminal, rebatizada de *segurança cidadã*, não mais dever exclusivo dos órgãos policiais, mas dever de *todos*, requerendo o trabalho conjunto das comunidades (organizadas em *conselhos comunitários de segurança*), parceiros privados, polícias civil e militar, ministério público, secretarias de estado, além da mão direta do governador. Dessa forma, ocorre uma



remodelagem da *nova gestão pública*, aliando políticas sociais e ação policial orientadas por ferramentas de coleta de dados e inteligência⁹ em uma gestão contínua por resultados.

“O cidadão passa a ser centro do conceito de segurança” (Casagrande; Chieppe; Marcusso, 2013, p. 147), trazendo consequências amplas no desenvolvimento e na consolidação do *Estado de Segurança* no Espírito Santo, “[...] que pressupõe a observação de aspectos localizados e multicausais da violência e da criminalidade e intervenções necessariamente integradas” (Casagrande; Chieppe; Marcusso, 2013, p. 147). Essa integração dos diferentes aparelhos de coerção e aparelhos de consenso (Gramsci, 2024) sob uma direção uníssona precisa ser analisada exaustivamente, porque essa é uma das principais novidades. As reformas sociais avançam se transfigurando em *políticas de prevenção da criminalidade*, divididas em *primária*, *secundária* e *terciária*¹⁰:

A concepção de *segurança cidadã* atualiza as velhas noções de segurança e cidadania da forma com que tradicionalmente conhecemos, aproximação que faz modificar a ambas. A noção de *direitos humanos* é trazida para esse processo de construção do *Estado de segurança*. Essa aproximação precisa ser verificada como decorrência de alterações nas relações entre os aparelhos privados de hegemonia (APHs) e o Estado estrito – conformando seu aspecto *ampliado* (Gramsci, 2024) ao mesmo tempo que altera seu funcionamento, amplificando base social pela “[...] capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. A hegemonia [em Gramsci] é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social” (Acanda, 2006, p. 178). Essa amálgama inovadora é também resultante da descentralização e capilarização do programa dos organismos multilaterais, em especial do BID.

A ATUAÇÃO DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NOS CRJS-ES

Segundo o site da Secretaria de Direitos Humanos do estado, nos últimos quatro anos, 72% dos homicídios registrados no Espírito Santo ocorreram nas áreas descritas¹¹.

⁹ Trata-se de ater-se a cada indicação de novas ferramentas tecnológicas de controle, tanto nas polícias quanto no desenvolvimento de bases de dados penitenciários. Houve apoio à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) na consolidação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC).

¹⁰ Prevenção primária - avanços no campo da educação, saúde, assistência social, habitação e outras áreas; Prevenção secundária - intervenções no desenho arquitetônico e urbanístico, ordenamento territorial, sistema de videomonitoramento, policiamento ostensivo; e Prevenção terciária - programas de diminuição de reincidência criminal e ressocialização de internos do sistema prisional (Casagrande; Chieppe; Marcusso, 2013, p. 147).

¹¹ Dado disponível em: https://sedh.es.gov.br/estado_presente. Acesso em: 16 jan. 2025.



As ações de todos os CRJs são divulgadas por meio das redes sociais, principalmente pelo Instagram: @juventudes_es. Abaixo podemos ver a relação¹² dos CRJ localizados na região da Grande Vitória com as respectivas organizações sociais que realizam suas gerências:

Tabela 1. CRJs e as respectivas organizações sociais.

REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA (RMGV)		
Localidade	Atividades	Organização Social
Terra Vermelha (Vila Velha)	Oficinas, aulas de dança, apoio psicossocial e acompanhamento dos jovens.	Bem Brasil - Instituto de Desenvolvimento Social
São Torquato (Vila Velha)	Laboratório de economia criativa, oficinas, internet gratuita, dança e artes marciais.	Instituto Ellos de Inclusão Social
Território do Bem (Vitória)	Sala de trampo coletivo, de dança, sala de computadores e de acolhimento.	Associação Ateliê de Ideias
São Pedro (Vitória)	Espaço de leitura, camarim, sala de computadores e multiuso, de dança e de acolhimento.	Instituto Brasil de Cultura e Arte - IBCA
Novo Horizonte (Serra)	Salas multiuso, laboratório criativo, oficinas de geração de renda, passeios, uso gratuito da internet e pista de skate.	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Social (CIEDS)
Feu Rosa (Serra)	Oficinas, acolhimento, laboratório temática, aulas de dança e apoio psicossocial.	Agência de Desenvolvimento Social Jovem (Adesjovem)
Flexal (Cariacica)	Cursos, oficinas de geração de renda e disponibilização de computadores.	Instituto Raízes
Castelo Branco (Cariacica)	Salas humanizadas, quadra poliesportiva, sala de dança, laboratório criativo e apoio psicossocial.	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Social (CIEDS)
INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO		
Localidade	Atividades	Organização Social
Kubitschek (Guarapari)	Cursos, oficinas para geração de renda, espaços para trabalhos coletivos ou estudo, sala de informática, sala de leitura, além de laboratório criativo.	Instituto Brasil de Cultura e Arte - IBCA

¹² Dos nove CRJs apresentados na tabela, aprofundamos brevemente acerca da unidade de São Pedro (Vitória), devido a maiores acúmulos sobre o desenvolvimento sócio-histórico do território, servindo-nos, dessa forma, como um exemplo e modelo de análise. O processo intensivo de urbanização do Espírito Santo, impulsionado pela expulsão de trabalhadores do campo, decorrente do declínio da economia cafeeira e pelas políticas de incentivo à industrialização, resultou em um crescimento populacional significativo na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), em estreita relação com o modo como o capitalismo se desenvolve: colocando grandes populações em condições de empobrecimento. No Espírito Santo, essa realidade se concretizou principalmente na década de 1970, quando a economia do estado passou a ser direcionada pelo mercado internacional, provocando mudanças que, no plano social, contribuíram para a ocupação desordenada do espaço urbano e o aprofundamento da pauperização, tendência que se agrava com a abertura de importações e as reformas do Estado nos anos 2000, cujo coroamento na política econômica capixaba é o ajuste fiscal aplicado a partir de 2003 pelo primeiro governo de Paulo Hartung (à época PSB).



Rubem Braga (Cachoeiro de Itapemirim)	Salas multiuso para oficinas, laboratório temático, sala de computadores e de acolhimento.	Instituto Ellos de Inclusão Social
Centro (Aracruz)	Laboratório criativo, cursos, oficinas para a geração de renda, espaços para trabalhos coletivos ou estudo.	Associação Amigos da Justiça, Cidadania, Educação e Arte
João Manoel Meneghelli (Colatina)	Salas multiuso, de computadores, de dança e de acolhimento.	Instituto de Promoção Humana, Aprendizagem e Cultura - IPHAC (Instituto Promover)
Araçá (Linhares)	Laboratório criativo, cursos, oficinas para a geração de renda, espaços para trabalhos coletivos ou estudo.	Associação Amigos da Justiça, Cidadania, Educação e Arte
Ayrton Senna (São Mateus)	Cursos profissionalizantes, oficinas, sala de informática, passeios e acompanhamento de equipe interdisciplinar.	Instituição Abequar

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A região da Grande São Pedro é a expressão do *crescimento desordenado* de Vitória, nos marcos da história econômica estadual. Esse processo de expansão da periferia urbana de Vitória culminou na formação da *Grande São Pedro*, (também de outro conglomerado urbano chamado de *Território do Bem*, onde encontramos outro CRJ, não tratado aqui), trazendo consigo diversos impactos: segregação urbana, escassez de oportunidades de emprego (especialmente formais), dificuldades de acesso à educação básica e superior, maior exposição à violência, restrições ao lazer, falta de serviços públicos essenciais e dificuldades no acesso a serviços de saúde (Mattos; Rosa, 2012).¹³

Em 28 de junho de 2022, o Governo do Estado inaugurou o Centro de Referência das Juventudes (CRJ) do bairro São Pedro, sob a gestão do Instituto Brasil de Cultura e Arte (IBCA), organização social responsável pela administração da unidade. É importante ressaltar que esse discurso vai de encontro com o objetivo central da política estadual de segurança cidadã: o trabalho com a juventude das *comunidades em vulnerabilidade* e, historicamente, mais atingidas pela violência. O instituto responsável pela administração do CRJ São Pedro é uma organização social sem fins lucrativos criada em 2009 e formada por um grupo de realizadores culturais do Espírito Santo que vinha desenvolvendo ações socioculturais. Os principais projetos desenvolvidos pelo IBCA vinham sendo *Vídeo nas*

¹³ Anos mais tarde, a região passou por um processo de transformação, com o aumento da densidade populacional e com a ampliação do setor de serviços. As desigualdades sociais e a ausência de planejamento urbano ainda são questões que afetam a região, sobretudo na área da segurança pública. De acordo com dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) relatados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em 2014, a Grande São Pedro apresentou 26 assassinatos violentos, já em 2015, foram 15. Dado disponível em: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160408_aj24407_violencia_bairros.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.



comunidades (2012); *Festival de Cinema de Vitória* (a partir de 2009); *Vitória, Música e Arte* (2012); *Circuito Cultural* (2010) e *JuventudES* (2022), portanto, projetos encomendados pela prefeitura da capital e pelo governo estadual. Trata-se de mais uma instituição que se apresenta como organização da sociedade civil e diz apostar “[...] no desenvolvimento cultural como caminho para a transformação social, geração de emprego e renda e formação de imaginários” (Ibca, s. d., s.p). Em Gramsci,

[...] o que pode ser chamado de *sociedade civil* (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente ‘privados’) e o da *sociedade política ou Estado*, planos que correspondem respectivamente à função de *hegemonia* que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de *domínio direto* ou de comando, que se expressa no *Estado* e no governo jurídico. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (Gramsci, 2024, p. 20-21 — grifo nosso).

O CRJ São Pedro conta com diversas atividades, as quais se destinam à juventude da região. Localizada no bairro Redenção (Grande São Pedro), a unidade conta com espaço de leitura, camarim, além de salas de computadores, multiuso, de dança e de acolhimento. Nesse cenário, diversas ações de qualificação e lazer são realizadas. Em 24 de junho de 2024, o CRJ São Pedro organizou um festival itinerante¹⁴. O evento foi realizado na escola estadual Elza Lemos Andreatta, localizada na região da Ilha das Caieiras e incluiu campeonato de vôlei, serviços de trança, barbearia, design de sobancelhas e apresentações artísticas.

A atuação dos CRJ se estende para além da RMGV, alcançando os municípios do interior do estado capixaba, como Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Colatina, Linhares e São Mateus. O primeiro Centro no interior do estado foi inaugurado em março de 2022 no município de Cachoeiro de Itapemirim, localizado ao sul do ES. Ele foi o terceiro a entrar em funcionamento devido à alta concentração de violência, sendo incluído na lista dos municípios prioritários do Programa Estado Presente, nos bairros de Zumbi, Monte Cristo, Gilson Carone e Village da Luz. As atividades desenvolvidas nesse CRJ abarcam oficinas de penteado afro, fotografia, danças urbanas, graffiti, barbearia, customização de jeans, oficina de panqueca etc. Além disso, rodas de conversas sobre como começar a empreender e bate-papo sobre oportunidades de ingresso no mercado de trabalho também fazem parte das ações desenvolvidas pela política. No local já foi realizada a I Feira de

¹⁴ Dado disponível em:

<https://galpaoproducoes.com.br/crj-sao-pedro-realiza-festival-itinerante/> . Acesso em: 25 mar. 2025.



Profissões em que os jovens identificados como empreendedores locais expuseram seus produtos e serviços, entre eles, brechó, panificação, confecção de roupas e maquiagem (Espírito Santo, 2022b, s.p).

Tendo como base uma perspectiva mais crítica sobre o incentivo ao empreendedorismo no CRJ, o que pode parecer uma oportunidade para resolver os problemas dos jovens que precisam trabalhar, está de acordo com um projeto maior de negação da formação omnilateral em favor de uma formação técnica (mais socioemocional e comportamental que especialmente técnica) para/no trabalho. Do mesmo modo, “[...] o ensino do empreendedorismo é uma forma de gestão da pobreza não apenas pelo trabalho compulsório, mas também pelo disciplinamento a uma nova ordem do capital” (Catini, 2020, p. 66). Além de estabelecer esses limites formativos, sob a justificativa de que resolveria a lacuna do desemprego estrutural que acomete a juventude brasileira, o empreendedorismo tem funcionado para deixar os jovens que vivem em condições de maior expropriação cada vez mais ambientados a trabalhos precarizados e sem direitos. Por isso, a proposta passa a ser uma forma de disciplinar a população jovem para aceitar as condições de trabalho contemporâneo, além de adaptá-los a um sistema em que a pobreza e a precariedade são normalizadas na corrida pela inserção *autônoma* na economia de serviços uberizados, intermitentes e por contratos de ocasião. Se isso não funcionar, e está pressuposto que não funcionará para todos/as em *regime aberto* nos territórios, a ampliação socioeducativa e carcerária serve de *reforço fechado* ao discurso da inclusão e da empregabilidade, reproduzindo os mesmos ideais e concepções, com o adendo das preleções confessionais de grupos religiosos e pastorais carcerárias.

Ao norte do estado, Aracruz foi a quarta localidade a receber a implementação do CRJ no centro da cidade. O projeto é fruto de uma ação conjunta da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), com a Associação Amigos da Justiça, Cidadania, Educação e Arte. Neste projeto, o governo do Estado está vinculado com a Prefeitura de Aracruz, que cedeu o imóvel para a implantação desta política pública. Durante a inauguração em abril de 2022, o governador Renato Casagrande (PSB) afirmou:

Os jovens costumam ser aliciados pelo crime, mas temos que atraí-los para o mundo das oportunidades, e o CRJ é esse ponto de política de apoio à juventude. Informar a juventude dessas oportunidades, e muitos não sabem onde buscar informação. Temos que ir orientando, pois o CRJ é um foco que vai irradiar oportunidades aos nossos jovens (Casagrande *in*: SEDH, 2022, s.p.)



O discurso do dirigente apresenta uma política que oferece uma suposta oportunidade para um público que sofre diariamente com as consequências da desigualdade social. Do mesmo modo, a secretária de Estado de Direitos Humanos, Nara Borgo, aponta para o projeto dos CRJs como uma política que tem oferecido mudanças de vidas para as juventudes:

[...] uma política de juventude estruturada e que merece ser continuada, porque é uma política que salva vidas e transforma realidades. Não é fácil, por exemplo, construir um Plano Estadual de Juventudes. Não é fácil criar um Fundo para as juventudes, mas tudo isso foi criado neste Governo e hoje temos o maior investimento em políticas de juventude que esse Estado já teve. Os CRJs são espaços feitos para as juventudes, independentemente de orientação sexual, etnia ou raça (Borgo *in*: SEDH, 2022, s. p.)

O quinto CRJ foi inaugurado em São Mateus e está em funcionamento desde abril de 2022. O espaço em que ocorrem as atividades foi cedido pela instituição católica Mitra Arquidiocesana de São Mateus. A gestão do local é responsabilidade da Instituição Abequar – que integra a Rede Salesiana Brasil de Ação Social. Em agosto de 2023, foi implementado o LabPoca, o laboratório recebeu o nome de *É nós digital* por se tratar de um estúdio de audiovisual, que tem como objetivo capacitar os jovens na área da Comunicação. Segundo a secretária de Estado de Direitos Humanos, nas palavras de Borgo, “[...] o Governo do Estado investe nos sonhos das nossas juventudes, que agora podem aprender e ganhar dinheiro com fotografia, áudio, vídeo em eventos, para empresas ou mesmo nas redes sociais” (Espírito Santo, 2023d, s. p.). Observa-se que, o discurso da secretária sugere uma visão otimista sobre as oportunidades que o mundo virtual pode oferecer aos jovens moradores da periferia, *fetichizando* ainda mais o trabalho proletarizado e plataformizado. De fato, o trabalho com as redes sociais produz no imaginário social receitas de sucesso e ganhos financeiros imediatos, seja com a monetização de vídeos ou parcerias publicitárias, o que coloca o *ser influenciador* como uma profissão bastante cobiçada pelas juventudes na atualidade, ignorando o volume de recursos, aporte financeiro, tempo e trabalho que há nessas mediações.

Em Colatina, município também localizado ao norte do ES, o CRJ teve sua implementação datada em junho de 2022, dois anos depois foi inaugurado o LabPoca, espaço destinado aos jovens que desejam desenvolver produtos e serviços a serem comercializados, além da criação de suas próprias marcas a partir de estratégias de



marketing. A ideia está atrelada à atuação do Instituto de Promoção Humana, Aprendizagem e Cultura - IPHAC (Instituto Promover) no espaço público, uma vez que o instituto se apoia no ideário de geração de renda, qualificação profissional, fomento à cultura e ao empreendedorismo nas comunidades locais (Instituto Promover, 2025).

O IPHAC tem afirmado promover a inclusão social, digital e laboral de jovens e adultos em conjunto com o poder público e empresas privadas por meio de programas e projetos. As ações envolvem, principalmente, a inserção de adolescentes e jovens cada vez mais cedo no mercado de trabalho, com a justificativa de que os prepararia para desempenhar atividades profissionais e para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. Na área educacional, percebemos que esse APH também atua de forma estreita na formação de professores e alunos por meio de projetos, “[...] precisamente na direção de produzir e difundir a concepção de mundo burguesa, de formar um exército de professores subalternos crentes em seu ‘empoderamento’” (Evangelista, 2021, p. 16).

A metodologia base dos projetos trata-se da *Formação por Momentos* em que podem ser oferecidos workshops, seminários e palestras sobre educação e desenvolvimento socioemocional. Ademais, o IPHAC também fornece materiais didáticos como apostilas, livros e videoaulas para os educadores, além de oferecer acompanhamento individualizado por meio de tutoria e mentoria para promover o consenso entre as e os profissionais que lidam cotidianamente com as possíveis lideranças em formação na periferia.

Nesse sentido, as estratégias mercantilistas de aparelhos privados de hegemonia no ES conquistam exclusividade para realizar suas atividades, fossilizando ainda mais a compreensão geral de que essa possa ser responsabilidade de uma fração da burguesia organizada na definição de políticas de formação não escolarizada da juventude trabalhadora. Em consequência, tais relações e acordos construídos pelo capital, no que tange o setor público e privado, reforçam mecanismos de dominação, administrados por aparelhos privados de hegemonia ou instituições que funcionam em análoga lógica, que estão sendo inseridas cada vez mais na formação desses jovens e cumprindo o papel de refuncionalização das instituições educativas.

A JUVENTUDE TRABALHADORA EM FOCO

Conforme sinaliza a estudiosa de criminologia crítica, Vera Malaguti Batista, “[...] no Brasil, a criminalização da infância e da juventude pobre é uma permanência histórica” (Batista, 2010, p. 4). Em que “a juventude, energia fundamental na constituição do mercado



de mão de obra, é objeto permanente do poder punitivo ao longo da história” (Batista, 2015, p. 5). Levando em consideração a existência da precarização das formas de acesso ao primeiro emprego e que parte da juventude está fora da escola, dada sua não universalização, o CRJ traz, por meio da retórica de resolução de conflitos, a promoção de uma cultura de paz, formação profissional e socioeducativa, para a eficaz atualização dessa totalidade viva de relações sociais que é o capital. Como estamos tratando de uma totalidade relacional, religião, gênero, orientação sexual e raça são determinações colocadas a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, mesmo que imediatamente não as reconheçamos nessa relação, uma vez que tal reprodução conta com a renovação dessas relações opressivas ao mesmo tempo que elide suas estruturas econômicas em sentido estrito (Arruzza, 2015).

Desse modo, o governo estadual tem alcançado a juventude que sobrevive na periferia do capitalismo por intermédio de oficinas, eventos, atividades e cursos, uma vez que esses jovens são vistos como um *risco social*. Logo, pensando nos processos de formação e educação para a classe trabalhadora,

[...] não se trata de adequar para o mercado, nem de formar habilidades, competências ou capacidades específicas para trabalhos previamente determinados. Aqui se trata de uma verdadeira filosofia da existência social, de uma efetiva socialização da capacidade crítica, do enfrentamento às condições de produção da desigualdade social (Fontes, 2016, p. 22).

Nessa perspectiva, a juventude mais expropriada, vista como potencialmente perigosa, é a que tem sido o alvo de políticas de pacificação. No Rio de Janeiro, Motta (2016) dedicou-se ao estudo do CJR da Cidade de Deus, em que quase metade dos cursos oferecidos por essa política são apresentados por policiais cedidos pelo batalhão da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do bairro, o que gera reflexões sobre a relação entre uma política pública da área social e uma política de segurança pública, e como essa lógica aponta para uma associação entre violência e pobreza. Do mesmo modo, o que tem sido possível identificar no ES, é que se trata de uma política que visa promover o controle dos jovens das camadas populares, visto que eles precisam ser monitorados e pacificados devido aos supostos riscos que podem oferecer à sociedade. Essa abordagem, baseada em medidas conjuntas de consenso e coerção, incentiva a perpetuação de uma visão preconceituosa da população periférica e negligencia as causas subjacentes e estruturais



da violência. Com base em documentos oficiais, a criação da política é justificada pela necessidade de estabelecer oportunidades de *inclusão social* ao seguinte público prioritário:

Jovens homens, negros, entre 15 e 24 anos, moradores das regiões de implantação dos centros e que não estão acessando serviços da rede (escola, assistência, saúde), estão em condição de evasão escolar, ou que passaram pelo sistema socioeducativo, ou que sejam egressos do sistema prisional, ou mesmo jovens que passaram por situações diversas de violação de direitos (Espírito Santo, 2022a, p. 28).

Além disso, os CRJs buscam considerar demandas que surjam fora dessa faixa etária, uma vez que para o Estatuto Nacional da Juventude, considera-se jovem a população entre 15 e 29 anos. Ademais, a escolha do público prioritário é por eles justificada pelo histórico de violência sofrida por jovens negros no território capixaba. O que se elide é que, na estreita relação entre exploração e opressão, “[...] o capitalismo tende tanto a dividir os trabalhadores nas bases das opressões específicas dentro da classe quanto, ao mesmo tempo, pressioná-los em uma experiência comum de opressão enquanto classe” (Bakan, 2016, p. 61).

Não por acaso, no debate acerca das políticas públicas para as juventudes, não é possível desconsiderar as variáveis socioeconômicas, geográficas, culturais, raciais e de gênero que têm atravessado a condição juvenil em um modelo de sociedade que as segrega. De alguma forma, isso acaba por nublar “[...] as diferenças de classe ao criar novas linhas de demarcação que são usadas como formas de subordinação” (Bakan, 2016, p. 62). Há que se reconhecer a eficiência dessas demarcações no recrudescimento dos processos de expropriação e exploração. “A opressão específica é particularmente necessária onde há um fio de unidade entre as classes oprimidas contra o bloco hegemônico, [...] [que] força um sentimento de competição entre os trabalhadores e dessa maneira enfraquece sua habilidade coletiva de resistir (Bakan, 2016, p. 62)

A lógica das ações sociais ditas preventivas, destinadas aos jovens pobres, funciona com eficiência na reprodução da condição subalterna dessas juventudes. Ainda que perspectivas progressistas apostem nesses espaços como campo de formação, o sentido da existência de centros de referência da juventude como esses é a criação de estratégias de apaziguamento, a fim de conter possíveis focos de insatisfação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A diversidade em migalhas renuncia a qualquer horizonte de universalidade” (Bensaid, 2008, p. 44). Isto é, apesar de parecerem um conjunto de instituições democratizantes e integrativas voltadas para a juventude capixaba, os CRJs funcionam no aprofundando da dependência econômico-política de países periféricos como o Brasil. E isso se reforça nas cláusulas do apoio de crédito do capital financeiro internacional para a América Latina, capitaneado pelo BID, negociado pelas frações da burguesia. Isso não diz respeito apenas ao simples financiamento e ao pagamento dos juros envolvidos, mas está atrelado, sobretudo, ao delineamento do funcionamento dos Centros e aos limites político-formativos lá inscritos.

Os CRJ operam a reconversão das práticas coletivas de resistência e autonomia das organizações de juventude, especialmente periféricas, num conjunto de práticas e formações tuteladas pelas organizações da sociedade civil burguesa. Trata-se de uma faceta do conjunto de estratégias de que impõe limites à possibilidade de lideranças trabalhadoras serem *intelectuais orgânicos* da sua classe. Isso vem amalgamado a ideais de cidadania e direitos humanos em estofos ideológicos de base moralizante, estreitamente coadunados com finalidades de contenção pela segurança pública (Zavataro; Bordin, 2023), enquanto ocorre a tutela do trabalho juvenil preparatório para atuar dentro da estrutura produtiva através dos laboratórios de geração de renda, operando a inserção produtiva em contextos de baixos salários e com poucas garantias de seguridade.

Continuamos a observar o agenciamento/aparelhamento dos movimentos sociais de juventude como tecnologia de controle de conflitos (Fontes, 2010; Neves, 2011; Catini, 2020), produzidos como subprodutos indesejáveis das relações de assalariamento, financeirização, monopólio comercial e dependência econômica que se matizam na história recente do Espírito Santo, principalmente a partir da abertura econômica dos anos 1990 (Mota, 2002) e o ajuste fiscal do começo dos anos 2000. O *Programa Estado Presente*, em sua segunda versão, *Segurança Cidadã no Espírito Santo*, se estabelece como ampliação e complexificação da presença do Estado burguês como eixo central de uma reforma na segurança pública, cujas prerrogativas políticas fazem parte do acordo de empréstimo com o BID e, de forma mais direta, pela contínua consultoria do Banco no acompanhamento das reformas. Os investimentos do BID varrem os mais diferentes setores de modernização do Estado capixaba, e isso coloca urgência nas pesquisas que elucidem essa estreita relação financeira.



No caso em tela, temos observado que o esforço principal é a aproximação tão orgânica quanto possível da política de segurança pública tradicional – ampliação carcerária, socioeducativa e de reforma policial; com o que denominam de políticas de *prevenção à criminalidade*, e isso envolve diretamente os CRJ e busca envolver outras áreas de abrangência do Estado: saúde, educação, empregabilidade, infraestrutura urbana, etc. atuando numa mesma plataforma ampla de intervenção territorializada especialmente nos bairros urbanos de ocupação recente (também chamados de periféricos), num movimento de proteção, contenção, modernização conservadora e legitimação retroalimentados. Esse processo está em seu pleno desenvolvimento e nos recoloca a necessidade de estudos que abordem a função educativa que os sistemas punitivos vêm desenvolvendo nas suas formas cada vez mais atualizadas de entranhamento nas relações de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

ARRUZZA, Cinzia Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 1. p. 33-58, 2015. Disponível em: <https://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo/>. Acesso em 11 agosto 2015.

BAKAN, Abigail. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. **Revista Outubro**, n. 27, p. 45-76, 2016. Disponível em: <https://outubrorevista.com.br/marxismo-e-antirracismo-repensando-a-politica-da-diferenca/>. Acesso em 11 agosto 2025.

BENSAID, Daniel. **Os irredutíveis**: Teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRASIL. **Lei n.º 12.852 de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em 11 agosto 2025.

BATISTA, Vera Malaguti. A governamentalização da juventude: policizando o social. **Rev. Epos**, v.1, n.1, jan. 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2010000100006. Acesso em 11 agosto 2025.

BATISTA, Vera Malaguti. A juventude e a questão criminal no Brasil. In: MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; SALUM, Maria José Gontijo; OLIVEIRA, Rodrigo Tôres. **Por que somos contrários à redução da maioridade penal?** Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2015. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/12/CFP_Livro_MaioridadePenal_WEB.pdf. Acesso em 11 agosto 2025.



CASAGRANDE, Renato; CHIEPPE, Luiz Wagner; MARCUSO, José Luiz (org.). **Espírito Santo 2030**: plano de desenvolvimento. Renato Casagrande, Luiz Wagner Chieppe, José Luiz Marcusso (orgs.). Espírito Santo, 2013. Acesso em: 11 ago. 2025. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202030/ES2030.pdf>.

CATINI, Carolina. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP** n.º 127, out/nov/dez 2020 p. 53-68. São Paulo: 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/180045>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CHAVES, Priscila Monteiro; LIMA, Guilherme Luiz Formigheri Fuá de. Instituto iungo e a juventude no ensino médio: 'projeção da vida' subordinada ao capital. **Germinal**: marxismo e educação em debate, vol. 14 n. 2, p. 545-576, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/47171>. Acesso em: 11 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO; BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Contrato de empréstimo No. 3279/OC-BR entre o Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Resolução DE-113/14. Vitória, 2017. Acesso em 11 ago. 2025. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Media/Sedh/PROJETO%20ESTADO%20PRESENTE%20SEGURAN%C3%A7A%20CIDAD%C3%A7O%20-20UGP/Contrato%20de%20Empr%C3%A9stimo%203279OC-BR%20-%20assinado%20e%20altera%C3%A7%C3%B5es%201%20e%202%20-%20e%20extrato%20DOU%2017-01-2023.pdf>.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária n.º 10186, de 28 de março de 2014**. Autoriza o Poder Executivo a contratar, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito destinada à execução do Projeto Estado Presente e dá outras providências. Vitória, 2014. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/lei-ordinaria-n-10186-2014-espírito-santo-autoriza-o-poder-executivo-a-contratar-junto-ao-banco-interamericano-de-desenvolvimento-bid-operacao-de-credito-destinada-a-execucao-do-projeto-estado-presente-e-da-outras-providencias>. Acesso em 11 agosto 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo**. Hingridy Fassarella Caliarí, Mônica Patrícia Gomes Machado. Vitória: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2022a. Acesso em 11 ago. 2025. Disponível em: [https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/DOC2023/Metodologia%20dos%20crjs%20\(1\)%20\(1\).pdf](https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/DOC2023/Metodologia%20dos%20crjs%20(1)%20(1).pdf).

ESPÍRITO SANTO. **Contratação de serviços de consultoria individual na área contábil para atender às demandas da unidade de gestão e do órgão executor do projeto Estado Presente: Segurança Cidadã no ES**. Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID contrato de empréstimo n.º 3279/OC-BR. Solicitação de apresentação de manifestação de interesse de consultor individual n.º 003/2023. Vitória: julho de 2023a. Disponível em: https://sedh.es.gov.br/Media/Sedh/PROJETO%20ESTADO%20PRESENTE%20SEGURAN%C3%A7A%20CIDAD%C3%A7O%20-20UGP/Manifesta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Interesse%20n%C2%BA003_2023%20-0%20CI%20Apoio%20Cont%C3%A1bil%20com%20GN%20e%20Normas.pdf. Acesso em 11 ago. 2025.



ESPÍRITO SANTO. **Estado Presente: CRJ Cachoeiro realiza I Feira de Profissões.** Governo do Estado do Espírito Santo, 2022b. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/estado-presente-crj-cachoeiro-realiza-i-feira-de-profissoes>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Estado Presente e Nós Digital: o LabPoca do CRJ São Mateus foi inaugurado na quarta-feira, 23.** Governo do Estado do Espírito Santo, 2023d. Disponível em: <https://juventudes.es.gov.br/Not%C3%ADcia/estado-presente-e-nois-digital-o-labpoca-do-crj-sao-mateus-foi-inaugurado-na-quarta-feira-23>. Acesso em: 31 mar. 2025.

EVANGELISTA, Olinda. De protagonistas a obstáculos: Aparelhos Privados de Hegemonia e conformação docente no Brasil. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 35, 2021. Acesso em 11 ago. 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1141Zhje9I8DPVBjIzh37fGD98ruJn8q1/view>.

FAJARDO, Álvaro Rogerio Duboc; BARRETO, Leonardo Nunes; FIGUEIREDO, Sabrina Oliveira de. Programa Estado Presente: em defesa da vida. In: **Anais do VII Congresso CONSAD de Gestão Pública**. Brasília, 2014. Disponível em: [https://planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/publicacao/Programa%20Estado%20Presente%20\(CONSAD%202014\).pdf](https://planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/publicacao/Programa%20Estado%20Presente%20(CONSAD%202014).pdf). Acesso em: 11 ago. 2025.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Formação dos trabalhadores e luta de classes. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 14, n. 25, 2016. DOI: 10.22409/tn.14i25.p9618. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/9618>. Acesso em: 11 ago. 2025.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. **Caderno 13: Notas sobre a política de Maquiavel**. Tradução IGS-Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro, IGS-Brasil, 2024. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria>. Acesso em: 11 ago. 2025.

IBCA. Instituto Brasil de Cultura e Arte. **Nós**. S. d. s. p. Disponível em: <https://galpaoproducoes.com.br/nos/#:~:text=O%20IBCA%20%C3%A9%20formado%20por,renda%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20imagin%C3%A1rios>. Acesso em: 11 ago. 2025.

INSTITUTO PROMOVER. **IPHAC - Instituto Promover: aprendendo a aprender, a ensinar e desenvolver**. Disponível em: <https://iphac.org.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

LIMA, Guilherme Luiz Formigheri Fuá de. **As competências socioemocionais e o Projeto de Vida do Novo Ensino Médio: uma moralização renovada para a classe trabalhadora**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2023. Disponível em: <https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/detalhes-da-tese?id=20204>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MATTOS, Rossana; ROSA, Teresa. Segregação socioespacial e ambiental em São Pedro (Vitória-ES/Brazil). In: **Congresso Português de Sociologia**. 2012. p. 2-16. Acesso em: 11 ago. 2025. Disponível em: https://associacaoportuguesasociologia.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0414_ed.pdf.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)**. Rio de Janeiro, Revan, 2006.



MOTA, Fernando Macedo. **Integração e dinâmica regional: o caso capixaba** (1960-2000). Tese (Doutorado em economia). São Paulo: UNICAMP, 2002. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/235296>. Acesso em 11 agosto 2025.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia no Brasil. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 229-242, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n1p229>. Acesso em: 11 ago. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Prefeitura comemora compra de sede própria do Centro de Referência da Juventude. **Prefeitura Municipal de Vitória**, 2012. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/prefeitura-comemora-compra-de-sede-propria-do-centro-de-referencia-da-juventude-9070/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SANTOS, Juarez Cirino. Prefácio à edição brasileira. In: MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário** (séculos XVI – XIX). Rio de Janeiro, Revan, 2006. Disponível em: - <https://pt.scribd.com/document/476432899/Melossi-Pavarini-Carcere-e-Fabrica-pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SESP. Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Anuário Estadual da Segurança Pública 2024**. 2024. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/Media/Sesp/Anu%C3%A1rio/Anu%C3%A1rio%20Estadual%20da%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%202024.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SEDH. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. **Aracruz é o quarto município a receber Centro de Referência das Juventudes (CRJ) do Governo do Estado**. SEDH - Governo do Estado do Espírito Santo, 2022. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/aracruz-e-o-quarto-municipio-a-receber-centro-de-referencia-das-juventudes-crj-do-governo-do-estado>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ZAVATARO, Bruno; BORDIN, Marcelo. Segurança pública com cidadania no governo Lula: uma análise crítico-revisitada do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI – 2007/2012), sua continuidade e possibilidades de mudanças. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, Brasil, v. 14, n. 11, p. 105–147, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/1018>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Artigo recebido em: 30 de junho de 2025

Aceito para publicação em: 06 de agosto de 2025

Manuscript received on: June 30th, 2025

Accepted for publication on: August 06th, 2025

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

